

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO INSTITUIÇÕES EM ANÁLISE

SIMONE GRACIELA DEROSSO

**MEMÓRIA DOS BAIROS: UM PROJETO DE POLÍTICA PÚBLICA  
PARA A CIDADE DE PORTO ALEGRE**

Porto Alegre

2014

SIMONE GRACIELA DEROSSO

**MEMÓRIA DOS BAIROS: UM PROJETO DE POLÍTICA PÚBLICA PARA A  
CIDADE DE PORTO ALEGRE**

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Instituições em Análise, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra D. Torossian

Porto Alegre  
2014

SIMONE GRACIELA DEROSSO

**MEMÓRIA DOS BAIROS: UM PROJETO DE POLÍTICA CULTURAL PARA A  
CIDADE DE PORTO ALEGRE**

Monografia apresentada À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como exigência parcial para à obtenção do título de Especialista em Instituições em Análise, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, sob orientação da Professora Sandra D. Torossian.

APROVADA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> FERNANDA SPANIER AMADOR (UFRGS)  
Coordenadora do Curso de Especialização Instituições em  
Análise

---

Prof. Dra. SANDRA D. TOROSSIAN (UFRGS)  
Orientadora

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao grupo de colegas da especialização por um ano e meio de convívio nas sextas à noite e sábados pela manhã, tempo que estabelecemos, senão sempre, em muitos momentos, um sentimento de grupo. Um viva especial a minha parceira de táxi e de histórias Cris, fizemos um belo laço querida. Aos bons encontros com o grupo de professores e especialmente à minha orientadora, por quem nutro imensa admiração pela trajetória de trabalho como psicóloga. Agradeço imensamente por confiar na minha produção escrita.

Aos meus colegas de trabalho do CPH, Fátima por emprestar tantos livros durante minha formação e me ensinar que se pode trabalhar com alegria. Alexia, Carlos e Alejandro, por acreditarem em um trabalho de pesquisa processual e não imediatista, dividindo comigo as dificuldades e os prazeres dessa área. E também à Flavia, por me socorrer com Argan nos últimos momentos.

À minha querida amiga Helen, pelo incentivo no TCC e na vida, sempre partilhando e oferecendo tanto afeto e possibilidade de troca nas mais diferentes situações.

Ao meu filho querido, Erico, com quem compartilho meu cotidiano de vida. Nessa troca vivemos a experiência de ensino aprendizagem sempre com muuuitos sentimentos, mergulhando juntos nos sabores e dissabores do viver. Tua chegada trouxe sentido e força na luta por uma vida mais justa e prazerosa. Ao meu irmão Jefoni, que com atitudes me mostrou o caminho do conhecimento como uma possibilidade. Aos meus pais Sônia e Carlos, hoje mais do que nunca agradeço o convívio e os ensinamentos. Essa rica experiência me ensinou a entender melhor a nobreza da vida, principalmente os valores de lealdade e afetuosidade com o outro. Procuo sempre replicar e expandir esse ensinamento. À minha estimada prima Crisleine, que sabe muito bem como dar àquela força no momento em que ela é necessária.

Um agradecimento especial ao meu parceiro de sempre, presente em quase todas minhas escritas, meu cachorro favorito, Rabito. Não poderia deixar de agradecer a todos não citados aqui, mas que nos encontros da vida foram fundamentais para que o conhecimento seja um caminho e possibilidade de compreensão do viver.

## RESUMO

Esta monografia aborda a experiência de trabalho em pesquisa de um setor público na área da cultura. No período de 1989 à 2004, foi implantado o Projeto Memória dos Bairros na cidade de Porto Alegre, quando utilizando-se o recurso do Orçamento Participativo – OP – as comunidades definiam a demanda de registro e publicação de suas histórias. Tendo como método de trabalho a história oral, privilegiava-se a memória e os relatos de moradores dessas comunidades, para composição de suas histórias. Essa política pública na área da cultura é entendida como singular e importante exercício de construção social sob os valores da ética e cuidado de si, visando relações mais justas e democráticas.

**Palavras-chave:** Memória dos Bairros, história, memória, história oral, política pública, ética, cuidado de si.

## ABSTRACT

This monograph approaches the experience of work in a search of a public sector in the culture area. In the period of 1989 until 2004, it was created the “Projeto Memória dos Bairros” in the city of Porto Alegre, when using the resource of “Orçamento Participativo” – OP – the communities defined the demand of registry and publication of their histories. Having like method of work the oral history, privilege them the memory and the relats of the dwellers from these communities, for criation of their histories. This public politic in the culture area is understood like singular and important exercise of social construction above values of ethics and careful of yourself, looking for a relationship more fair and democratic.

**Keywords:** Memória dos Bairros, history, memory, oral history, public politic, ethic, careful of yourself

## SUMÁRIO

<b>1 TRANSITANDO PELA MEMÓRIA.....</b>	<b>08</b>
<b>2 MEMÓRIA DOS BAIRROS, QUE PROJETO É ESSE?.....</b>	<b>14</b>
<b>3 PESQUISA, CULTURA E POLÍTICA PÚBLICA.....</b>	<b>19</b>
<b>4 CIDADE, HISTÓRIA, HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA.....</b>	<b>24</b>
<b>5 VAMOS NARRAR NOSSA HISTÓRIA? CUIDAR DE SI É CUIDAR DA CIDADE .....</b>	<b>28</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>32</b>

## 1 TRANSITANDO PELA MEMÓRIA

No mês de julho de 2013, num sábado à noite, o Mercado Público Central de Porto Alegre está em chamas. O prédio em quadrilátero ficou seriamente comprometido no seu quadrante sul, destruindo parcial ou completamente lojas do segundo piso. Curiosos se aglomeram no centro da cidade, no entorno do prédio e na TV se pode acompanhar em tempo real o fogo se espalhando. As imagens pareciam mostrar uma destruição bem maior do que realmente houve. Bombeiros da capital e região fizeram um mutirão na tentativa de conter as chamas. Imediatamente ao fato, as redes sociais espalham a notícia e a cidade acompanha o que seria a possível destruição total do Mercado. As manifestações foram de pesar, de tristeza, e também de retomada, reconstrução, quando da contenção das chamas.

Já na manhã seguinte, reúnem-se representantes de diversas secretarias da prefeitura envolvidas com o bem público e permissionários do Mercado, na tentativa de contabilizar o estrago e organizar um caminho para a recuperação do Mercado. Nas palavras do Coordenador da Memória, presente nessa reunião, se pode ter uma idéia da mobilização social que esse acidente causou: “Num domingo pela manhã estavam todos que deveriam estar lá, dispostos a trabalhar para que o Mercado retome todas suas atividades o mais breve possível”. Esse envolvimento significativo de funcionários e população sobre o fato do incêndio no Mercado, reflete a importância que esse espaço tem para a cidade. Nele ocorre uma circulação intensa, reunindo suas diferenças e seus diferentes. Chefes de cozinha e cozinheiros amadores e bem intencionados o freqüentam para comprar temperos e especiarias únicas; os tradicionais bares e restaurantes, propiciam encontros, é um espaço que reúne o popular e o sofisticado. Construído em 1869, foi se constituindo ao longo de sua existência como uma referência para a população, referência esta que passa de geração em geração.

Este sentimento de pertencimento que o Mercado provoca na população é o que podemos designar como patrimônio de um coletivo, percebido e vivenciado como tal e é o vínculo que essas experiências diretas de compras, encontros, referência de produtos que só o Mercado tem, que possibilitaram um sentimento social de que esse espaço faz diferença na vida da cidade.

O Mercado Público está na memória da população também por suas histórias do passado, seu tempo de existência, mas principalmente pelo seu dinâmico convívio e relações que propicia. Incendiar o Mercado significa correr o risco de perder toda a afetuosidade que esse espaço tem

com a população. Patrimônio é tudo aquilo que passa a fazer sentido nas nossas vidas e de alguma forma se relaciona com a teia de relações construídas no nosso período de existência. E se esse sentimento se instala, vamos querer preservar, ou um prédio, ou uma árvore, uma rua, paisagens, rituais, etc. O Mercado Público Central faz parte do primeiro conjunto de 5 prédios, tombados pela lei municipal nº 4317 de 1977. Esta situação de estabilidade pode propiciar a garantia de sua permanência e um trabalho de visibilidade de sua história.

Esse breve relato sobre o último incêndio no Mercado Público tem a intenção de apresentar a abordagem desse trabalho que é explorar temas como história, memória, ética, e cuidado de si, a partir de uma experiência de política pública, ocorrida no período de 1989 a 2004, no Centro de Pesquisa Histórica – CPH, da Coordenação da Memória Cultural – CMEC, da Secretaria Municipal da Cultura – SMC, em Porto Alegre, onde se desenvolveu o Projeto *Memória do Bairros*, sendo produzidas 16 publicações nesse período<sup>1</sup>.

O Projeto Memória dos Bairros nasceu em 1989. Na época, funcionária recente da prefeitura, não sabia de sua existência. Em 1991 migro da Secretaria Municipal da Administração – SMA para o quadro de funcionários da Cultura, na Assessoria de Estudos e Pesquisas – Assespe - local onde trabalhava com pesquisas históricas e sociológicas. Em 2003 a sede da SMC passou a ser a Casa Torelly, bem tombado e restaurado pelo poder público onde a Assespe passa a ocupar uma sala.

Acompanhava os movimentos do CPH por relatos, pela proximidade da natureza do trabalho e pelos amigos que ia conhecendo numa equipe relativamente grande, onde estagiários eram maioria. A movimentação era intensa, muitas saídas com carro da prefeitura que levava a equipe nos bairros, geralmente distantes do centro da cidade. Fazia parte do trabalho esse constante deslocamento. Da sala onde trabalhava era possível acompanhar o movimento de entrada e saída de pessoas no prédio onde ficava a sede do CPH. Éramos vizinhos de frente. As fachadas dos dois prédios encaram-se até hoje: Casa Godoy e Casa Torelly. A Casa Godoy, abrigava na época parte da equipe da Coordenação da Memória. A equipe do CPH que se deslocava para os bairros durante o processo de contato, reuniões e entrevistas com as comunidades, embarçava nos carros que os levava até as comunidades em frente à Casa Torelly.

---

<sup>1</sup> Publicações por ordem de impressão: Restinga, Vila IAPI, Vila Nova, Grande Santa Rosa, Grande Glória, Belém Velho, Arquipélago, Morro Santana, Bom Jesus, Chácara da Fumaça, Lomba do Pinheiro, Belém Novo, Petrópolis, Passo das Pedras, Cristal e Vila Grande Cruzeiro.

Em 2008, a convite da então diretora do CPH, passo a fazer parte da equipe de trabalho desse setor, já com outra linha de atuação. Nessa época o Projeto Memória dos Bairros não existia mais, pelo menos nos seus moldes iniciais. A SMC, a partir da iniciativa do Gabinete do Secretário, entendeu a escrita da história dos bairros da cidade a partir do olhar e da percepção de um autor. Sem cair no clichê do que é bom ou ruim, podemos afirmar que são formas diferentes de entender o registro da história das comunidades. São projetos políticos diferenciados. Registrar a história dos bairros de uma cidade é importante, ponto. Mas como esse registro se dá, fala, e muito, do entendimento de cidade, história, papel do poder público. Duas publicações ocorreram com um autor: Antes do Túnel – uma história pessoal do Bom Fim de Juremir Machado, e Moinhos de Vento de Carlos Augusto Bisson, compondo uma série denominada Porto Alegre Revisitada. É importante mencionar esse projeto, como forma de deixar claras as diferenças de políticas dos governos e o quanto as atividades desenvolvidas carregam e demonstram essas diferenças. Publicar a história dos bairros a partir de depoimentos de quem mora e vivencia o cotidiano das comunidades é bastante diferente de um cidadão estruturar um texto a partir de sua relação com um lugar da cidade.

Comecei a trabalhar na Coordenação da Memória Cultural em 2005, no Memorial do Mercado Público de Porto Alegre. Nos quatro anos em que permaneci nesse local, passei a fazer a ligação entre pesquisa e patrimônio. Um cotidiano de experiências dinâmicas, no ritmo do Mercado Público. Nesse tempo pude vivenciar e aprender o quanto a memória, a história e o patrimônio estão ligados ao presente e como pode ser visível, concreto, palpável, um trabalho de pesquisa que tem como objetivo uma política pública direcionada à preservação da história da cidade.

Diferente de minha trajetória até então, em que o resultado dos trabalhos redundavam em relatórios internos e publicações, fizemos pesquisas que subsidiaram exposições, tendo em geral, o assessoramento de historiadores; material gráfico como folders, cartões postais, cds educativos e informativos; projeto de educação patrimonial onde nos deparávamos com a escrita de roteiros que subsidiavam o trabalho de atores que se propunham a contar a história do Mercado, dentre outros o Projeto Vozes do Mercado, uma apresentação de aproximadamente 40 min, em que personagens como um marinheiro falava das antigas docas: das frutas, do carvão e a do peixe; do português que vendia peixe e contava como era realizada essa venda num tempo em que não havia refrigeração; uma mama italiana que discorria sobre a imigração e a influencia no consumo

de hortifrutigranjeiros na cidade; um pai de santo que contava a história do Bará do Mercado, hoje patrimônio imaterial. Histórias da formação do Mercado, espaço comercial, que passou por processos de modernização, mas não perdeu características diferenciadas e singulares, como a venda à granel, a reunião da diversidade e especificidade em produtos e pessoas.

Esse trabalho exigia uma interlocução sistemática com os atores, com os quais tentávamos dividir o conceito de patrimônio no trabalho de atuar e para isso fazíamos discussão de textos, filmes, reuniões. Diálogo também com os diferentes públicos aos quais tentávamos oferecer a visita guiada e principalmente com a rede pública de educação. Nos dois primeiros anos tínhamos dificuldade em manter as apresentações com público constante, mas a crença na qualidade do projeto resultou em dois anos posteriores onde tínhamos público certo e disputa por agendamento. Procuramos diversificar o público, convidando grupos de associações de idosos, jovens e adultos. Caso esse projeto tivesse continuidade, num tempo breve seria possível oferecer visitas guiadas sistemáticas para qualquer público como ocorre em muitos lugares históricos onde essa prática ocorre pela importância de formação de público conhecedor da história da cidade que habita ou para visitantes interessados. Mas, como a maioria dos projetos de educação patrimonial, são dependentes de pessoas que acreditam em seu trabalho e não de políticas públicas claras e definidoras desse tipo de trabalho processual.

Nesse tempo de trabalho ligado à cultura da cidade, foi possível perceber uma luta por conceito de trabalho, de um lado a cultura do evento, do outro o entendimento do importante papel público que seria entender cultura como apropriação da população de sua história através dos processos sociais da cidade.

Como exigir que a cidade cuide daquilo que desconhece? Cultura também é a depredação do patrimônio da cidade, ela nos diz o quanto temos desconhecimento de nossa história.

Ao chegar no CPH em 2008, carreguei um pouco do Mercado, complementando o trabalho de pesquisa, textos e acompanhamento da arte da exposição “Mercado Público de Porto Alegre – Patrimônio da Cidade”. O Memorial situa-se na área mais atingida pelo fogo no prédio. Interessante destacar que os painéis, apesar de serem compostos por material inflamável, pouco foram atingidos pelas chamas e, na reabertura do espaço, provavelmente no segundo semestre de 2015 estejam expostos, conjuntamente com mais material histórico.

Ao integrar a equipe de trabalho do CPH, o projeto Memória dos Bairros apesar de estar extinto, passou a fazer parte da história do local onde realizo meu trabalho cotidiano, mas meu

interesse e preocupação de registro com esse projeto acontecem bem mais tarde e tem a ver com uma aposentadoria no horizonte próximo e uma possibilidade de extinção ou readequação incerta do setor.

A SMC nasceu em 1988, portanto tem 27 anos. É um período de tempo aproximado para um funcionário se aposentar. Nos últimos anos e no decorrer dos próximos 5, muitas pessoas se aposentaram e tantas outras irão se aposentar. São ciclos que se fecham. Faço parte desse grupo e desse ciclo. Para muitos que saem, ninguém entra. O único concurso para técnico em cultura ocorreu em 1996. Nesse encerramento de ciclo é perceptível o fim de um modelo político e de uma estrutura organizacional.

O Centro de Pesquisa Histórica – CPH - iniciou suas atividades no ano de 1989. Foi oficializado em 2003 pelo Decreto nº 14.413. Até o ano de 2003, o trabalho desenvolvido baseava-se no método da história oral, a partir de demandas do Orçamento Participativo – OP – definidas por comunidades que priorizavam o registro de suas memórias nos bairros. Posteriormente a esse período, ampliou-se a utilização de métodos e técnicas de pesquisa sobre a história da cidade, mantendo a idéia original de registro da história considerando coletivos sociais. Desenvolve projetos de pesquisa relacionados com a memória de Porto Alegre com o objetivo dar visibilidade à história da cidade.

Atualmente o CPH é composto por duas funcionárias, sendo que uma está desligada e em processo de aposentadoria e três estagiários. Considerando sua estrutura funcional inicial, com uma quantidade expressiva de técnicos e estagiários, onde circulavam em torno de 20 pessoas para a realização do trabalho em pesquisa da cidade, é visível a mudança. A incerteza quanto a continuidade do trabalho e a intenção de ser coerente com um lugar ligado à memória, me provocou a ideia de registrar os 26 anos de atividades do Centro de Pesquisa em um blog<sup>2</sup> disponibilizando e mantendo esse trabalho em circulação. Assim, quando esse ciclo se fechar, é possível recorrer a sua história, que poderá contribuir para um novo projeto ou resignificação.

O trabalho desenvolvido tem como principal objetivo, pesquisar e registrar a memória social da cidade. Os recursos mais utilizados para tal tarefa são história oral e documental que incluem fontes primárias, secundárias e iconográficas. Considerando o pouco conhecimento da população sobre esse trabalho, foi criado o blog em abril de 2014, onde estamos disponibilizando as produções de trabalho desde sua criação. Além de divulgar, procuramos criar um canal de

---

<sup>2</sup> Blog: [www.cphpoa.wordpress.com](http://www.cphpoa.wordpress.com) e Facebook: Centro de Pesquisa Histórica de Porto Alegre.

comunicação com a população. Acreditamos que esta iniciativa, utilizando recursos tecnológicos de longo alcance e disseminação de informações, seja uma ação de cuidado com a história e a memória da cidade de Porto Alegre, portanto com as pessoas que habitam nesse mesmo espaço e são protagonistas dessa história compartilhada.

Não vem ao caso falarmos do processo de transformação da política cultural da cidade, mas deixar clara a concepção de trabalho que sustentou o CPH no período que vai de 1989 a 2003. Sua criação está vinculada a proposta de trabalho da SMC que visava democratizar, valorizar, descentralizar e facilitar a circulação do fazer cultural na cidade.

Considero a criação do CPH, definida pelo Projeto Memória dos Bairros singular devido, principalmente a duas questões: estar condicionado à solicitação das comunidades através do OP e a utilização do método da história oral para construção do registro da memória dos bairros da cidade.

## **2 MEMÓRIA DOS BAIRROS: QUE PROJETO É ESSE?**

A percepção sobre as mesmas histórias vão se alterando conforme vamos nos movendo pelos caminhos que vamos trilhando. As diferentes perspectivas sobre o projeto Memória dos Bairros foi se modificando conforme fui me apropriando dos diferentes significados políticos nas escolhas de trabalho sobre o pesquisar. O que se pesquisa e como se pesquisa carrega sentidos políticos.

O Projeto Memória dos Bairros surge com a intenção de entender como, para que e para quem foram criados os bairros de Porto Alegre. A grande maioria dessas formações, a estruturação da cidade em bairros, se deu a partir dos anos de 1950. Para tal tarefa o CPH propõem o método da história oral, privilegiando a memória das comunidades sobre sua história. Enquanto setor público, se coloca na tarefa de pesquisar e documentar práticas sociais no sentido de contribuir para a preservação da memória social das comunidades, registrando a cultura singular de cada bairro. Interessante destacar que a definição dos bairros a serem pesquisados e registrados, culminando em uma publicação a ser lançada com exposição de fotos, estava condicionada a demanda no Orçamento Participativo – OP. Esse condicionamento já estabelecia um vínculo inicial importante para a realização do trabalho. Quer dizer que dentre outros temas como saúde, educação, infra estrutura, todos tão importantes, a comunidade demonstrava interesse e desejo na realização de um projeto de construção de sua história.

O trabalho do CPH na época de sua criação foi baseado em pressupostos importantes de serem destacados: 1) a produção de material de comunicação restrita a minoria da população e a limitação do consumo desse material produzido, o que segundo a equipe resulta num panorama aparentemente harmônico, negando o conflito e a pluralidade. 2) a possibilidade de atuar como um canal da diversidade, levando em conta a realidade periférica quanto ao planejamento e administração do espaço urbano. Sendo que a formação de muitos bairros em Porto Alegre se deram a partir de lutas comunitárias com o poder público, o CPH propôs-se a sistematizar e entender como esses processos sociais ocorreram.

Para isso o Centro de Pesquisa determinava a equipe de trabalho, número de historiadores – 1 ou 2 – e estagiários, considerando a delimitação física da região a ser estudada; contatos da equipe com os segmentos organizados para apresentação do projeto e metodologia; pesquisa em documentos oficiais; entrevistas com: moradores indicados pelo movimento organizado, antigos e

novos; lideranças comunitárias e instituições como igrejas, clubes, associações, casas de religião, escolas, etc. Em cada publicação procurou-se enfatizar a análise a partir de características históricas, sociais, locais, regionais e nacionais, considerando documentos e as falas dos moradores.

Em texto da CPH de 2001, registrando seus processos de trabalho a equipe destaca o seguinte:

Assim sendo, o que torna singular o projeto Memória do Bairros, frente à produção nacional, pode ser resumido no que segue: 1) Trata-se de uma pesquisa que não se limita a considerar apenas as fontes oficiais como suporte de acesso ao conhecimento. 2) A aplicação da metodologia da História Oral lhe confere uma fonte de informação privilegiada uma vez que permite ao cidadão local expressar sua vivência e/ou participação no desenvolvimento do processo histórico social. 3) Trata-se de um trabalho que enfatiza a história da cidade de Porto Alegre, no campo da evolução da sua memória coletiva. 4) O produto final é um estudo no qual o depoimento oral é analisado e contextualizado à luz da interpretação dialética da História. 5) Trata-se de um projeto que já possui 11 anos de experiência e amadurecimento metodológico e aplicação prática resultando em 11 publicações já editadas e aprovadas nas comunidades de origem. 6) É um trabalho que retrata as experiências vivas de empreendimentos coletivos que geram sociabilidade popular. (VILLARINO E GOMES In: POSSAMAI, 2001, p.47-54)

A intenção desta escrita é elaborar uma articulação entre a experiência de trabalho em um Centro de Pesquisa Histórica com ética e cuidada, considerando a cidade, a história e a memória.

O projeto já citado resultou em 16 publicações de comunidades de Porto Alegre. A proposta de trabalho teve alguns princípios importantes para serem destacados na sua execução: considerou-se que era necessário priorizar a pluralidade, o conflito e a diversidade social; propôs-se o exercício crítico da memória, destacando os processos de formação das comunidades a partir de suas lutas sociais; para realizar o registro, optou-se por utilizar o método da história oral. Chama a atenção dentre outros passos para a realização de todo o processo a forma como se chegou aos nomes dos entrevistados. A equipe do CPH fazia um mapeamento nas comunidades, a partir de lideranças, em espaços como associações, clubes, etc, para chegar aos nomes. A própria comunidade definiu quais as vozes que contariam sua história. A equipe gerenciava o trabalho e se colocava como co autora, privilegiando os atores de sua própria história. Se fizéssemos uma analogia com o processo terapêutico, diríamos que a equipe faria o papel do analista, que sabe o quanto é importante a autonomia do sujeito nesse processo.

No processo de alimentação do blog, nos deparamos com algumas experiências interessantes, como um projeto da Prefeitura do Rio de Janeiro: “*Favela tem memória*”, um site que tem como principal objetivo preservar e valorizar a memória dos favelados<sup>3</sup>. A cidade do Rio de Janeiro tem quase seis milhões de habitantes, tendo quase um milhão morando em favelas. A percepção dos favelados é que são todos, de alguma forma, ligados aos traficantes ou deles simpatizantes. O lugar de moradia passa a ser motivo de discriminação. A criação desse site vem como um movimento de reação à estigmatização de comunidades como essa de favelados (Poncioni, 2007)

Nas sociedades modernas, o Patrimônio desempenha um papel fundamental de representante simbólico da identidade e da memória da nação. Pertencer a uma comunidade nacional toma forma para a o indivíduo na idéia de propriedade coletiva – daí o nome “patrimônio”- de um conjunto de bens: monumentos, vilas, cidades, obras de arte, etc...comuns a todos. (PONCIONI, 2007, p. 17-23)

Projetos como “Memória dos Bairros”, de Porto Alegre e “Memória dos Favelados” do Rio de Janeiro, criado em 2009, tem características comuns, principalmente utilizar o recurso da pesquisa como forma de registrar a memória dos coletivos privilegiando as vozes, histórias, vivências e significados construídos pelos grupos sociais. Essa prática de trabalho propicia estabelecer vínculos com conceitos como clínica, cuidado de si ou ética do cuidado. É a essa discussão que o trabalho se propõem, já trazendo que na sua elaboração, a proposta de um casamento entre pesquisa, história e memória, foi de certa forma, um processo de desnaturalização daquilo que poderia ou não estar vinculado a esses conceitos. Num primeiro momento pensar seu próprio local de trabalho no intuito de revisitar as vivências do cotidiano, parece um chover no molhado. É preciso tomar como um desafio estranhar o habitual, rever e reler o mesmo de sempre. Há uma percepção de que o novo está naquilo que não sabemos, no distante.

A clínica está onde a vida acontece. Podemos pensar um local de trabalho enquanto espaço clínico? O que diferencia a percepção é o olhar e a escuta sobre as ações que ocorrem nesse espaço. É a capacidade de proporem-se dispositivos que acionem a crítica sobre processos instituídos. Revisitar a mesma cena buscando estrangeirar-se em território conhecido. Desafio constante...

---

<sup>3</sup> Para maiores informações, ver: [www.favelatemmemoria.com.br](http://www.favelatemmemoria.com.br).

Num primeiro momento e por muito tempo resisti a discorrer sobre meu espaço cotidiano de trabalho. Talvez por estar bastante instituída, por não estar especificamente fazendo algo ligado á psicologia, como diria o senso comum. Mas, talvez por estar num momento interessante e interessada, passou a fazer bastante sentido falar desse cotidiano e do quanto ser funcionária pública, trabalhando com pesquisa e história social da cidade tem a ver com clínica e ética do cuidado.

No último semestre de 2014 o CPH teve uma experiência de trabalho enriquecedora, compartilhada com o Instituto Federal do Rio Grande do SIL – IFRS região Centro/Porto Alegre. Três professoras da área de humanas, articuladas em suas diferentes áreas de conhecimento, sistematizaram aulas interdisciplinares com as diferentes turmas. Propuseram-se a entrelaçar sobre o mesmo tema, diferentes olhares e conhecimentos. A proposta era que as turmas fizessem uma incursão na pesquisa, construindo um trabalho sobre bairros da cidade, Porto Alegre e Região Metropolitana. Para contribuir com informações na elaboração e planejamento dos projetos de pesquisa, fomos convidados a apresentar o Projeto Memória dos Bairros, uma iniciativa de política pública na área da cultura.

Além de falar do projeto no geral, delimitamos a apresentação de duas publicações sobre os bairros Restinga e IAPI, os dois primeiros registros realizados. Com três turmas reunidas, houve uma troca intensa, com perguntas, interesses e muita comunicação. Para o CPH foi uma experiência rica no contato com os alunos e também entre as instituições.

Cada publicação renderia um trabalho, mas destaco algumas peculiaridades e diferenças que o estudo sobre o material possibilitou sobre o Bairro Restinga, que é uma comunidade com uma história sofrida, de muita luta para se instalar naquele espaço depois de uma remoção das famílias da Ilhota na década de 1970, local onde hoje se encontra o Centro Municipal de Cultura, na Av. Erico Verrissimo, Bairro Menino Deus. Aquela comunidade tem em sua história coletiva a constante luta pela conquista de melhorias e direitos. O livro Memória dos Bairros é sofrido de ler e chega a ser desanimador acessá-lo inicialmente. Depois de entender o processo de luta e a história daquelas pessoas o olhar passa a ser outro, da compreensão das suas singularidades e da admiração pelo grau de mobilização social. Essa percepção fica visível nas falas das diferentes pessoas, que mesmo falando individualmente, utilizam o plural em suas construções verbais, o nós e a gente são termos comuns ao fazerem referência as suas histórias e lutas.

Desde o momento em que a equipe se debruçou sobre as publicações para alimentar o blog e com a preparação e apresentação do conteúdo apresentado no IF, fomos nos dando conta da importância desse projeto, de seus diferenciais, o que muito contribuiu particularmente para definir o tema dessa monografia.

### **3 PESQUISA, CULTURA E POLÍTICA PÚBLICA**

O pesquisar percorreu diferentes formas de atuação, principalmente nos últimos cinqüentas anos. A psicossociologia ou sociologia clínica tem sua origem na Escola de Chicago, início do século XX, quando surge a experiência de percepção de cidade enquanto laboratório, em contraponto aos ambientes artificiais controlados dos laboratórios. Kurt Lewin, no final dos anos de 1940 e nos anos 1950 é reconhecido por utilizar o método do experimento de campo para entender processos sociais e produzir conhecimento através da pesquisa ação. (MACHADO, 2010, p. 175-181)

A psicossociologia, ao longo de sua história afasta-se do lugar de saber absoluto e de encaminhamentos unilaterais do cientista, aproximando-se de modos de trabalho que buscam explorar o imaginário e a construção de conhecimento considerando projetos autônomos de coletivos sociais, permitindo processos reflexivos e questionamentos. (MACHADO, 2010, p. 175-181).

A constituição do sujeito ético, segundo pressupostos de Foucault, precede o acompanhamento do desenvolvimento do pensamento, procurando apreender o aleatório, aquilo que surpreende e o não dito, que ligam e vinculam o presente e o passado nas narrativas históricas. (FILOMENA, 2006, p. 264-287)

Os conceitos de práticas de cuidado ou cuidado de si, longe de ocuparem o sentido do individual estão imbricados de forma intensa nas relações de saber-poder. Cuidar de si não remete a algo egóico, da ordem dos desejos pessoais ou características dos indivíduos, mas sim uma prática social. Segundo Foucault o cuidado de si “reverbera em formas de criação necessariamente sociais e políticas que apontam ao exterior, que refletem, principalmente, a vida de cada um em relação a outras vidas.” (FILOMENA, 2006, p. 264-287).

Acredito que a experiência de trabalho como “Memória dos Bairros” se distingue ao acreditar que a história e seu registro tem como princípio importante o protagonismo e percepção das comunidades que vivenciam cotidianamente seus espaços de moradia e relações sociais. Essa forma de entender a história e o pesquisar colocam-se enquanto resistência ao afirmar a liberdade e a vida, dando prioridade à existência do outro. Se o cuidado de si está identificado com práticas sociais, a ação de pesquisar a história social de uma cidade, ao privilegiar diretamente os atores

sociais, apresenta-se como uma prática de resistência ao modo oficial e tradicional de historiografar.

Segundo Fonseca e Kirst, 2004, clinicar pode ser entendido como o jogo de forças que se dá na construção da subjetividade e enquanto território de potencialidade e crítica (FONSECA e KIRST, 2004). Assim, podemos entender a prática de trabalho, através do projeto específico “Memória dos Bairros”, relatada como espaço clínico onde ocorre a expansão de modos minoritários de subjetividade. “Assim, quando pensamos o fazer cartográfico como impregnado de potencialidade clínica e vive-versa, estamos buscando ativar nossa utopia da construção de agenciamentos coletivos de enunciação da desconstrução das certezas e da solidez das formas”. (Fonseca e Kirst, 2004, p. 29-34)

É importante entender que o projeto Memória do Bairros esteve atrelado a uma política pública de uma secretaria de cultura, portanto carrega um modo de expressão sobre cultura e política. Deu visibilidade a uma forma de entender história e memória.

O conceito da palavra cultura remete a cuidado ou cultivo, ligado a agricultura no sentido de desenvolver, fazer brotar, florescer. No ocidente esse sentido tem uma transformação histórica, se relacionando ao conceito de civilização a partir do século XVIII, apresenta-se como a medida de civilidade de uma sociedade. Passa a ser o conjunto de práticas ligadas às artes e ciências que entendem o social sob o critério da evolução, ao avaliar e hierarquizar as sociedades. Esta percepção de cultura se mostra mais forte no final do século XIX quando se institui a antropologia, uma vertente das ciências humanas. (CHAUÍ, 1996, p. 129-147).

O projeto Memória dos Bairros, numa perspectiva cultural está associado a uma visão da antropologia social e política perceptível nos estudos antropológicos somente a partir da metade do século XX. Esta visão entende cultura como singularidade, como um campo onde a comunidade institui relações entre seus membros, dando sentido aos seus processos particulares através de práticas e valores desenvolvidos em um espaço comum.

Por outro lado o mais comum é acompanharmos processos onde o Estado opera capturando a criação cultural e transformando-a em cultura oficial. Dentro de uma percepção moderna de cultura, tende-se a reproduzir critérios e lógicas da indústria cultural, implantando padrões, geralmente perceptíveis com atividades e projetos do que já é consagrado socialmente. O lúdico e o lazer podem estar presentes no fazer cultural, mas este fazer não deveria ser reduzido à supérfluo, um luxo considerando nosso país, onde é visível a luta por direitos básicos.

Nessa perspectiva entende-se cultura como direito social, como possibilidade de engendrar processos democráticos que fomentem a cidadania. (CHAUI, 1996, p. 129-147).

Cultura enquanto instituição social considera os processos de criação, um trabalho que tem como valores de referência a sensibilidade, a reflexão, a experiência e o debate. A capacidade de produzir algo novo ao modificar o existente e principalmente entender que o resultado cultural pode ser construído coletivamente, considerando a inteligência, sensibilidade e imaginação daqueles que muitas vezes não são atores diretos, como alguém que pinta, esculpe ou dança, mas são produtores de cultura no sentido antropológico, ao serem agentes, sujeitos e autores de suas memórias.

A SMC foi desmembrada da Secretaria Municipal de Educação – SMEC – em 1988, criada pela lei 6.999/88 quando passou a ter estrutura e orçamento próprios. Todo o processo de constituição legal da Cultura foi encabeçada por Joaquim José Felizardo, que constitui um grupo de trabalho para viabilizar e executar essa criação. A SMC já tinha uma certa estrutura de prédios, como o Teatro de Câmara, primeiro teatro municipal construído em 1970; o Centro Municipal de Cultura, de 1978, inaugurado por Ernesto Geisel, onde foram instaladas a Biblioteca, o Atelier Livre, o Teatro Renascença e a Sala Álvaro Moreyra; o Museu de Porto Alegre, hoje Joaquim Felizardo; o Arquivo Histórico Moysés Velinho, na época sem sede própria. A Divisão de Cultura, setor vinculado à SMED representante de um projeto cultural para a cidade, passou a compor uma nova estrutura orgânica, com a criação da SMC.

Felizardo foi o primeiro Secretário da Cultura de Porto Alegre, permanecendo como tal o tempo de gestão do ex-prefeito Alceu Collares (gestão 1985/88), o primeiro candidato ao executivo eleito pelo voto popular pós ditadura.

Em 1989, ano em que nasceu o Projeto Memória dos Bairros, era prefeito da cidade de Porto Alegre Olívio Dutra. A Administração Popular em seu primeiro governo de mais 3 subsequentes, trazia em seu programa um projeto para a cidade identificado como de esquerda, propondo diálogo e espaço para ouvir as comunidades. Com esse propósito foi implantado o Orçamento Participativo – OP – com o princípio de reunir as comunidades em votações que decidiam onde seriam investidos parte dos recursos públicos gerenciados pelo executivo. (livro do Raul Pont). Essa experiência tem conexão com o Memória dos Bairros, pois foram a partir dessas decisões do OP que as comunidades optaram destinar recursos públicos para o projeto de registro de suas memórias.

Para secretário da cultura foi escolhido um intelectual reconhecido e respeitado pela comunidade cultural, Luiz Paulo de Pilla Vares. Em um texto escrito por ele em 1992 sobre política cultural, faz uma análise do conceito de cultura no contemporâneo colocando-se de forma crítica e identificando o momento como de crise universal da cultura, o que define como a subordinação ao mercado. Assim como todas as áreas de conhecimento, Pilla, como era conhecido, mapeia na vida cultural de uma cidade o perigo que a indústria cultural traz ao universalizar abstratamente, desenraizar, tornar descartável e moda a criação cultural.

Defende uma forma de fazer política cultural claramente, onde coloca a seguinte situação: A política cultural, portanto, não pode deixar de situar-se nessa crise profunda, a qual não sabemos ainda o tempo que vai durar. É preciso enfrentá-la, de qualquer forma. Mas, atenção: situar-se no próprio âmago da crise não quer dizer aceitá-la. Ao contrário, mesmo que se trate de um trabalho de Sísifo, urge combatê-lo com radicalidade, o que implica colocar em prática uma política cultural democrática e, portanto, socialista, já que o fundamento da crise é a transformação da cultura em um imenso mercado de caráter marcadamente capitalista. (Luiz Paulo de Pilla Vares In: Política Cultural – textos, entrevistas, depoimentos, 1992).

Momento apropriado para falarmos de esquerda, quando prega-se aos quatro ventos que não existe mais esquerda no país, defendo que existem partidos, políticas, valores e ações de esquerda sim, que tem como princípio a democracia, a busca pela diminuição das diferenças sociais e os direitos humanos. É nesse patamar que situo o Projeto Memória dos Bairros. Escolhido por comunidades da periferia da cidade, nas reuniões do OP, a cultura fez parte do rol de temas considerados importantes para a cidade, saúde, educação, memória. Asfalto, esgoto, palavras.

Pilla complementa suas idéias sobre política cultural, colocando a importância de não negar a modernidade, recusando-se a associá-la ao beletismo ou a administração de espaços. Para que seja uma implantação política que vise a diferença e o fazer diferença, deve despertar a consciência crítica, percebendo o público a quem se destina a política cultural um receptor passivo, mas como sujeito capaz de ação e reflexão.

Foram esses pressupostos políticos e esses valores sociais que viabilizaram o nascimento do CPH, tendo como mote de criação o Projeto Memória dos Bairros. O Centro de Pesquisa foi criado para possibilitar o desenvolvimento de um projeto político bastante definido e com intenções muito claras. Sua criação está em conexão com um momento político cultural na

cidade, com a criação da SMC e com o conceito de cultura e cidade que foi gestado nesse período.

Pilla, ao apresentar o programa de política cultural para a cidade aborda o papel do Estado nesse processo, como aquele que deve abrir espaço e possibilitar processos criativos, contraponto à mediocridade e banalização, trazendo conteúdos críticos e reflexivos, rompendo com o senso comum. Mas nada disso se mantém caso não haja diálogo com a sociedade, com a comunidade. E a intenção é fortalecer com a gestão compartilhada, debatendo e definindo caminhos para a construção de políticas culturais, constituindo assim, resistência social às tentativas de desmonte de processos democráticos.

Se entendemos que cabe ao Estado, a partir de um percepção de política cultural enquanto via que possibilita a criação, promover esse processo de forma em que a população participe ativamente dos rumos e caminhos no que condiz a projetos de cultura, como entenderíamos o conceito de cidade a partir desse ponto de vista?

Se cultura pode ser o lúdico, mas não somente o lazer, se é possível romper com a perspectiva que há uma cultura popular e uma cultura erudita, se entendemos que “levar”, “oferecer” cultura nada mais significa do que instituímos hierarquias e valores dicotômicos, como podemos diferenciar experiências potencializadoras daquelas que despotencializam uma cidade? Uma possível resposta seria: observemos se há projetos coletivos de decisão, de gerenciamento, de investimentos. Cuidemos se há um planejamento de uma cidade auto gerenciada e democraticamente vivenciada por seus diferentes atores sociais. Essa proposta pode ser a diferença para trilharmos um caminho em que os espaços e momentos de convívio, sejam quais forem, propiciem uma cidade em que a cidadania, ou seja, o respeito as diferenças, sejam quais forem também, estejam minimizadas, não potencializadas. Observemos.

## 4 HISTÓRIA, HISTÓRIA ORAL E MEMÓRIA NA CIDADE

Como podemos diferenciar esses projetos de cidade através da cultura em Porto Alegre? Pincei o Projeto Memória dos Bairros para tal análise e para melhor entendermos essas diferenças através da cultura, retomemos o segundo momento deste mesmo projeto, quando em sua continuidade foram escritos mais dois livros sobre os bairros Bom Fim e Moinhos de Vento. Se por um lado, os 16 livros concluídos nas comunidades foram definidos por elas mesmas através do OP, esses foram escolhidos, tanto o bairro quando o autor, em uma decisão de gabinete. Não é a toa que o CPH, ao organizar sua produção em um blog, teve a dificuldade de identificar essas duas publicações como parte do projeto inicial. Não o são. A diferença gritante de método, de forma de definição, não deixa dúvida de que não serão identificados como parte das publicações do Memória dos Bairros, serão disponibilizados como material produzido, sem entrar no julgamento de qualidade, mas sem sombra de dúvida incompatíveis no método.

Ao discorrer sobre a cidade do ponto de vista urbanístico, Argan diz que “o urbanismo é uma atividade estética que se coloca numa área de interesse político. Na condição presente da cultura, o valor estético se produz num nível de atualidade histórica que se identifica com a política em vigor” (2000, p.73-84 ). A cidade a que nos referimos nesse contexto é a cidade da política cultural sob o aspecto da memória.

A cidade é múltipla, um rizoma sem centro e sem núcleo. Nela cabem múltiplas leituras. O conceito de rizoma de Deleuze e Guatarri (2011) contribuem para pensarmos uma cidade interconectada, onde os diferentes olhares são didáticas que auxiliam em seu entendimento, sempre parcial, sempre incompleto, sempre em curso.

Pensemos que a cidade é composta de pontos que como o rizoma podem se conectar interdependentes; qualquer um pode se conectar com qualquer outro. O que compõem essa cidade são linhas, segmentadas, de fuga e de espaços de desterritorialização e de constante metamorfose. A cidade é um mapa acentrado, não hierárquico e não significante, “sem general, sem memória organizada ou autômato central, unicamente definido por uma circulação de estados”. (GUATTARI e DELEUZE, 2011, p. 17-49).

A história, nesse mapa que é a cidade deixa de ser pautada por universais eternos como os conceitos de progresso e de ascensão linear da história para dar importância ao registro da memória, que é entendida como fragmento, calcada na experiência singular dos sujeitos e das

comunidades, no apego a locais simbólicos. História enquanto arqueologia e cartografia. (Silva, 2003)

A historiografia da busca da verdade, crença do século XX, migra da concepção de neutralidade para a das afetações. A escritura da história passa a ser marcada pelo paradigma da apresentação e não representação.

Le Goff, (1990), aborda o conceito de memória a partir da história e a entende primeiramente como um conjunto de funções psíquicas, com as quais o homem pode utilizar impressões ou informações que ele pode entender como passadas. Seu conceito de memória está ligado às ciências humanas, principalmente a história e a antropologia, ocupando-se mais da memória coletiva que a individual.

A história como narração passa por um processo de reinvenção. Se no século XIX sofreu de história demais, na pós modernidade sofremos que o que denomina-se o fim da história. Sob essa ótica historiográfica, a memória pode ser compartilhada tanto pelo viés daquilo que um sujeito apresenta como memória, ou um coletivo, como pelo registro acadêmico da historiografia. Ela opera entre o lembrar e o esquecer, no construir e desconstruir de sentidos. (SILVA, 2003)

Para Benjamim história é sobretudo uma teoria da memória. A historiografia é baseada na memória, pois “testemunha tanto os sonhos não realizados e as promessas não cumpridas como também as insatisfações do presente”. Descarta-se a linearidade de uma história ascendente e entende-se a escritura a partir de camadas, o que abre infinitas releituras e reescrituras. (SILVA, 2003, p.78-122)

A linha historiográfica que explora as relações entre memória e história rompe com uma visão determinista que limita a liberdade dos homens, coloca em evidência a construção dos atores de sua própria identidade e reequaciona as relações entre passado e presente ao reconhecer claramente que o passado é construído segundo as necessidades do presente. (FERREIRA, 2002, p.314-332)

A iniciativa política de criar o CPH possibilitou o registro da memória social de comunidades da cidade de Porto Alegre, considerando suas singularidades, particularidades e experiências, registrou então a diversidade nessas formações populacionais. Um dos vetores definidos pela equipe como fundamentais no trabalho foi trabalhar a partir da constatação “de que, enquanto uma pequena parcela da população produz material referente a comunicação, a

maior parte da sociedade está limitada ao consumo desta produção”. Considerou-se que expressão da criação estava restrita a poucos, onde a história das periferias nada ou pouco eram expressas ou tinham circulação. Ao se inserir nas comunidades para a realização do trabalho, o CPH propôs “o exercício crítico da memória, ampliando o espaço da identidade coletiva”. (POSSAMAI, 2001, p. 47-54)

Para realizar o registro e propor a circulação das informações utilizou-se como o principal método de trabalho a história oral e a realização de publicações a cada trabalho finalizado. Como qualquer outro método historiográfico, por si só não garante qualidade, mas destaca-se por propiciar espaço para diferentes vozes construírem a percepção singular de histórias coletivas.

Para Costa, (2007), corremos o risco de fazermos uma relação com conhecimento sem a experiência e assim não voltado para a formação ou transformação daquilo que somos. O conhecimento é visto como exterior a nós, utilidade ou mercadoria. A experiência seria o que nos passa, não o que passa. O contemporâneo oferece um mundo de intensidades e acessos à informação em uma velocidade cada vez mais acelerada, ritmo que não incentiva que as experiências nos passem, mas sim, simplesmente passem.

Laino (1986) considera, ao fazer uma análise sobre história e memória a partir de Bergson e Halbwachs, que a história oral encontra barreiras e dificuldades, principalmente no meio acadêmico para ser aceita como um campo de estudo historiográfico. Isso se deve principalmente ao que denomina “imperialismo historiográfico” ao determinar como fidedignas apenas fontes historiográficas tradicionais.

A história oral, como método de trabalho no Brasil, teve sua implantação mais sistemática na década de 1990 com a fundação de uma associação brasileira, pela iniciativa de José Carlos Sebe Meiy (USP) e Marieta Moraes Ferreira (CPDOC), apesar de haver um movimento anterior, na década de 1970. Rodrigues, 2010, analisa que, principalmente a partir da década de 1980, aumenta o número de trabalhos acadêmicos ou não, utilizando a oralidade, sob diferentes paradigmas e conceitos.

Percebe uma construção elitista nesse processo por colocar-se contra o hibridismo e a polifonia que o campo da oralidade traz à historiografia. Apesar disso não deixa de constatar a presença de linhas de fuga a esse conservadorismo histórico. (RODRIGUES, 2010, p. 190-203)

Segundo Laino, a oralidade como método de trabalho corre risco de cair no senso comum como qualquer outra metodologia. A história oral amplia as possíveis leituras do social, trazendo

a novidade da interdisciplinaridade e vem sendo utilizada principalmente por movimentos comunitários, minorias, que ao trazer preocupações e novos problemas, entendem que a história oral traz novas maneiras de entender a história. (Laino, 1986)

Portelli (1996) traz a experiência de Frederick Douglas, escravo nascido em 1871, que após conseguir fugir envolveu-se com o movimento contra a escravidão e narrava com eloqüência sua história com os vários personagens que a compunham. Ao tomar para si a narração de suas experiências, interpretou sua história de vida ao recordar e contar subjetivamente as situações que por ele eram escolhidas para trazerem sentido à narração. (PORTELLI, 1996, p. 59-72).

A história oral e a memória estão situadas no campo da subjetividade, portanto em confronto com métodos mais concretos, controláveis e aceitos no campo científico. Assim como qualquer outro método de trabalho, a responsabilidade em sua utilização e as formas de compreensão do que for registrado é que definem sua importância. “Se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais”. (PORTELLI, 1996, p. 59-72). “(...) a história oral é um discurso dialógico, criado tanto pelo que os entrevistados dizem quanto pelo que os historiadores fazem – pela presença dos historiadores no campo e pela apresentação do material pelos historiadores” (RODRIGUES, APUD PORTELLI, 1997b, p.3).

Ao escolher a oralidade como método para registrar as histórias dos bairros da cidade de Porto Alegre, o CPH opta por romper com a visão tradicional de registros de história, escolhendo a subjetividade das comunidades como uma das fontes principais. Subjetiva também seria a visão de um historiador que debruçado sobre documentos, escreveria sua versão sobre um bairro ou uma comunidade. A grande diferença neste projeto é que a maior fonte de informações vem de um coletivo definido por essa própria comunidade como referência para falar pelo grupo.

Quando definida a demanda do Projeto Memória dos Bairros por uma comunidade no OP, a equipe do CPH realizava reuniões em clubes, associações, igrejas, enfim, locais de referência, para explicar dentre outras informações, que basicamente seriam as histórias contadas por pessoas dessa comunidade o material mais importante na realização da publicação. Eram nesses espaços sociais que se definiam as pessoas a serem entrevistadas e o número de depoimentos a serem realizados. Longe de ser uma tarefa simples, esse processo demandava tempo e envolvimento, mas garantia a construção de uma história coletiva e singular.

## **5 VAMOS NARRAR NOSSA HISTÓRIA: CUIDAR DE SI É CUIDAR DA CIDADE**

Quando as comunidades da cidade de Porto Alegre participaram do Projeto Memória dos Bairros, o processo de preparação para a realização de entrevistas certamente mobilizou o imaginário com as memórias e histórias sobre o lugar que habitavam. O momento da entrevista foi quando ocorreu a narração sobre o que vinha sendo elaborado a partir do compromisso de trabalho acertado entre as partes, mas o encontro entre o entrevistado e o entrevistador resultou em um registro singular, inter-relacionado com a elaboração mental até aquele momento e influenciado pelo encontro.

Gagnebin, traz o episódio de Polifeno da Odisséia para entender o que de específico temos na cultura humana, compreendida pela “capacidade de entrar em comunicação com o outro e de proceder a uma troca”. Entenda-se esse outro sob as mais diversas formas. (GAGNEBIM, 2006, p. 13-27)

Assim como Douglas, o escravo que narrou suas histórias, Ulisses na Odisséia era reconhecido com um excelente contador, narrando de forma comovente e entusiasmada suas aventuras. Essa habilidade lhe servia de moeda de troca frente aos presentes de hospitalidade que recebia ao longo de seu percurso até Ítaca. As palavras eram consideradas tão valiosas quando os presentes recebidos. As aventuras de Ulisses narradas ao longo da viagem até chegar a Ítaca, foi uma forma de manter a memória através das palavras, histórias e cantos, formas que os homens utilizam para lembrarem do passado e também não esquecerem do futuro. O reconhecimento da importância da memória é o reconhecimento da mortalidade e com isso o compromisso de cuidar da memória dos mortos para os que hoje estão vivos. (GAGNEBIN, 2006, p. 13-27)

Mas voltemos à narração e a experiência de Ulisses. Ao narrar, Ulisses se identifica e se reconhece como sujeito da narração de suas aventuras. Esse processo de autonomia de suas histórias, propicia uma auto constituição do sujeito, um estímulo a capacidade de auto compreensão. Essa percepção sobre o narrar faz ligação com o Projeto Memória dos Bairros, da história social que está interligada com a vida dos moradores naquelas comunidades registradas e com a narração que fizeram de suas histórias coletivas.

Michael Pollak, (1992) ao discorrer sobre história oral e memória, e mais especificamente sobre histórias de vida, narradas individualmente ou em grupo, coloca que a memória individual ou de um coletivo estão vinculadas incondicionalmente a uma construção coletiva, portanto social, que dependem de transformações constantes.

Quanto à discussão sobre a validade das informações advindas dos relatos que a história oral proporciona podemos resumir a idéia de Pollack com a seguinte colocação:

(...) se nos proporcionamos os meios e as condições para construir cientificamente, com todas as técnicas das quais dispomos hoje em dia, temos condições de produzir um discurso realmente sensível à pluralidade das realidades. Temos uma possibilidade, não de objetividade, mas de objetivação, que leva em conta a pluralidade das realidades e dos atos. (POLLACK, 1992, p. 200-212)

A memória seria então o meio articulador da história e a narração a forma de concretizá-la. A narração como ficção, muitas vezes é contestada como não história. Quanto a essa questão, Gabnebin ao citar Ricoeur diz que história é sempre, simultaneamente, narrativa e processo real, pois remete “sempre às dimensões humanas da ação e da linguagem, e sobretudo, da narração”. (GAGNEBIN, 2006, p. 39-48)

Destaca-se a singularidade do Projeto Memória do Bairros ao se ocupar e concentrar importância nas narrações dos moradores, daqueles que viveram e vivem as experiências cotidianas que deram forma àquele espaço, relações e ambiente. Acredito que essa iniciativa pode estar identificada com um processo da produção subjetiva ético-política relacionada ao conceito de cuidado de si de Michael Foucault. (ARAGÃO E LEITE, 2010, p. 543-556).

Para entendermos essa relação temos que compreender o sentido que Foucault deu ao cuidar de si, que segundo ele é um processo em que a ética está intrínseca. O cuidado de si está ligado ao exercício de práticas de liberdade ou seja, a condição de não escravidão. Atualmente cuidar de si remete a um processo individual de interesse no bem estar e investimento pessoal, declarando amor a si próprio, como se não houvesse ligação com o outro, com as relações sociais que nos cercam. Para Foucault, cuidar de si compreende se conhecer, a partir de regras e condutas que seriam a verdade de cada um. O quanto somos éticos estaria diretamente condicionado com a maneira de ser e de se conduzir nas relações. No exercício ético dessas verdades, ou seja, a maneira de tornar visível essa ética é que podemos entender o grau de liberdade que um homem

alcança. Ser livre significa não ser escravo de si, ao se conhecer, e assim estabelecer consigo uma relação de domínio e controle. (FOUCAULT, 1992, p. 129-160).

Essa leitura de Foucault compreende a constituição histórica da subjetividade humana a partir de um sujeito político e não moral, assim desloca a legalidade e a punição, tão implementada em nossa sociedade para entender as relações a partir dos jogos de verdade. A condição da liberdade está relacionada diretamente a não escravidão, e é nesse jogo de relações em que o poder não é de um ou de outro, mas exercido por todos, ao se constituir na própria relação, que ela é exercida.

Considerando que o cuidado de si é o cuidado com o outro e portanto social, a ética está na maneira de cuidar do outro, já que o cuidado de si implica em ocupar-se de relações, da cidade e de comunidades. No dia a dia desse cuidado Foucault fala das práticas de liberdade como forma de vivenciá-la. É nessa prática que “esse povo, essa sociedade e esses indivíduos podem definir para eles mesmos formas aceitáveis e satisfatórias da sua existência ou da sociedade política”. (FOUCAULT, 1992, p. 120-160).

Acredito que o Projeto Memória dos Bairros concebido e implementado no Centro de Pesquisa Histórica da SMC, por suas características de descentralização de conhecimento, e um processo democrático de registro da história das comunidades, uma política pública na área da cultura que tinha em sua concepção a intenção de uma prática de liberdade e um exercício do cuidado de si.

Essa relação com o campo social e com o outro é sempre política porque dispara/produz uma relação de forças, de poder entre os corpos. Toda relação com o outro é política porque afeta o campo social, produzindo movimentações e interferências, criando as formas que nos relacionamos com o outro e com o mundo. Se as relações de poder se apresentam como uma forma de determinação de condutas e de produção de sujeitos, o cuidado de si, por sua vez, aparece como uma possibilidade também na produção de sujeitos, contudo, de forma autônoma, livre das relações de dominação e sujeição”. (ARAGÃO e LEITE, 2010, p. 543-556)

Memória dos Bairros é um projeto situado dentro de um momento político da cidade, onde conjunturas e jogos de força e projetos políticos estavam se engendrando. É nesse jogo de forças que se constituem as histórias de uma cidade, de uma comunidade, de um grupo, das

pessoas. As políticas públicas dependem dos arranjos constituídos nas relações e nunca tem garantia de continuidade, pois são arranjos e jogos que mudam constantemente.

A condição para que um projeto ou um programa seja público, é o de garantir um caráter coletivo, abrangendo grupos sociais relevantes e importantes. Assim, nem sempre o que vem do Estado é público, muitas vezes, ao restringir a poucos suas benesses, as ações podem ser consideradas iniciativas voltada para grupos minoritários, restritos. (Barros e Pimentel, p. 10, 2012)

Segundo Barros e Pimentel (2012), uma política para ser pública “deve garantir a participação social em sua elaboração, planejamento, execução, monitoramento e ser estruturada e balizada por meio de lutas e interesses das diferentes dimensões do socius”. É possível identificarmos vários elementos relacionados à condição de política pública no Projeto Memória dos Bairros: sua escolha via OP o caracteriza como uma demanda popular. A organização, execução e desenvolvimento do projeto, intrinsecamente ligada à organização das comunidades, através de suas lideranças e a definição dos nomes dos entrevistados por essas instituições comunitárias, definem um caráter público.

O Projeto Memória dos Bairros propiciou uma experiência social importante ao possibilitar o exercício de uma prática de liberdade que valoriza a singularidade das comunidades, propiciando no espaço de construção social, relações que potencializarm o cuidado da cidade, através da história e da memória social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CANDIDO, Celso e SCHULER, Fernando Luis (orgs). **Política Cultural – textos, entrevistas, depoimentos**. Porto Alegre: Unidade Editorial/SMC. 1992.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural - O direito à cultura**. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

DELUEZE, Gilles, GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol.1**. São Paulo: Ed. 34, 1995.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Rio de Janeiro, Topoi, 2002.

FILOMENA, Nádia. **O “cuidado de si” na hermenêutica do sujeito de Michel Foucault**. Palestra apresentada no II Encontros com a Filosofia, em 9 de novembro de 2006. pp. 264-87.

FONSECA, Tânia Galli e KIRST, Patrícia. O desejo de mundo: um olhar sobre a clínica. **Psicologia e sociedade**, Porto Alegre, n.3, v.16(3), set./dez. 2004, p. 29-34.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si.\* In **O que é um autor?** Lisboa: Passagens. 1992. pp. 129-160. \* “L’écriture de soi, in Corps Écrit, n. 5 “L’auto-portrait”, février 1983, pp. 3-23

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In: (entrevista com H. Becker, R. Fomet-Betancaurt, A. Gomez-Muller, em 20 de janeiro de 1984), Concórdia Revista internacional de filosofia. N. 6. Julho-dezembro de 1984, PP. 99-116). **Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Ed 34, 2006.

GONÇALVES, José Moura Filho. Olhar e Memória. In: NOVAES, Adauto (org). **O Olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LAINO, André. Memória e História. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, out-dez, 1986, p. 14-42.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

LEITE, Lidiane, ARAGÃO, Elizabeth Maria Andrade. O exercício ético na constituição do sujeito político como cidadão. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 22, n. 3, set./dez. 2010, p. 543-556.

MACHADO, Marília Novais da Mata. Intervenção Psicossociológica, Método clínico, de Pesquisa e de Construção Teórica. **Pesquisas e Práticas** Psicossociais, São João Del Rei, v.5, n.2, agosto/dezembro 2010, p. 175-181.

PONCIONI, Claudia. Drummond, o “Favelário” e o Patrimônio. **Navegações, Porto Alegre**, v. 2, n1. jan/jun. 2009, P. 17-23.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PONT, Raul. **Democracia, Igualdade e Qualidade de Vida** – A experiência de Porto Alegre. Porto Alegre: Veraz, 2003.

PORTELLI. Alessandro. A Filosofia e os Fatos – Narração, interpretação e significado das memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 59-72.

POSSAMAI, Zita (org.) **A memória cultural numa cidade democrática**. Porto Alegre. Unidade Editorial da Secretaria Municipal da Cultura, 2001.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. A história oral como intercessor – em favor de uma dessujeição metodológica. **Estudos e Pesquisas em Psicologia, EURJ**, Rio de Janeiro, ano 10, n1, 2010 p. 190-203.

Silva, Márcio Seligmann (org). **História, Memória, Literatura: o Testemunho na Era das Catástrofes**. Campinas: UNICAMP, 2003.